



Entre o Racional e Pitoresco:

O plano diretor de Luís Saia para Águas de Lindóia, 1956

Amanda Cristina Franco (amanda_arq@hotmail.com)

Departamento de Arquitetura e Urbanismo – EESC – USP

Resumo

Aborda o plano diretor realizado por Luís Saia para Águas de Lindóia, em 1956, analisando as propostas que esse engenheiro-arquiteto, formado pela Escola Politécnica de São Paulo, de atuação claramente marcada pelos princípios racionalistas de Le Corbusier, formula para uma estância hidromineral, tipo de cidade em que, até então, prevaleciam projetos com características filiadas à tradição Cidade-Jardim. Suas propostas buscavam conciliar as características pitorescas, típicas das estações de águas da época, aos princípios racionalistas do modernismo. A análise empreendida pretende ainda, pontuar algumas das questões e polêmicas que tomavam parte no debate urbanístico da época, investigando o contexto e a maneira como estas idéias foram materializadas no plano diretor de Águas de Lindóia, atentando também para a forma como diferentes modelos urbanísticos encontraram ressonância em projetos para pequenas cidades termais do período.

Palavras-chave: Águas de Lindóia, plano diretor, Luís Saia

Abstract

It approaches the director plan accomplished by Luís Saia for Águas de Lindóia, in 1956, analyzing the urbanistic proposals this engineer-architect, graduated by the Polytechnic School of São Paulo, which performance is clearly marked by the rationalistic principles of Le Corbusier, formulate for a small water town with recreation and leisure characteristics, which urbanism was deeply influenced by Garden-City tradition. His proposals join picturesque characteristics, typical of these towns, to rationalistic principles of modernism. This analysis intend to punctuate some of the subjects and polemics of urbanism in 1950, researching the context and the way as these ideas were materialized in the director plan of Águas de Lindóia, attempting, also, how these different urbanistics models found resonance in projects for small thermal towns of those years.

Palavras-chave: Águas de Lindóia, director plan, Luís Saia

Embora ainda pouco explorado pela historiografia das cidades novas no Brasil, os estudos recentes sobre o urbanismo das estâncias hidrominerais têm revelado o importante papel ocupado por essas cidades dentro do quadro de formação e consolidação do urbanismo no Brasil. De pequenos núcleos habitacionais, ou terras exauridas pelo cultivo do café, as estâncias hidrominerais que na passagem para o século XX eram ainda pequenos vilarejos raramente contando com mais de mil habitantes, passaram a receber, a partir de

1920, investimentos significativos tanto do governo quanto de investidores privados no intuito de transformá-las em expressivos centros de cura e lazer de repercussão nacional.

As vultosas somas de investimentos aplicadas nessas cidades, explicam-se, em grande parte, pelo destaque ocupado pelas estâncias no quadro da formação do turismo e do urbanismo do país. De fato, no Brasil e na maior parte do mundo ocidental, a história do turismo relaciona-se intrinsecamente à história das estações balneárias. As propriedades medicinais de suas fontes, indicadas para o tratamento de diversas doenças, ocasionaram os primeiros grandes deslocamentos de curistas para esses núcleos, motivando a construção de hotéis de luxo, de categoria superior, inclusive, aos da capital, de balneários e de equipamentos de lazer como clubes, teatros e cassinos, fundando assim, diversas cidades no interior do país, que tinham na vilegiatura curista, sua principal atividade.

No âmbito urbanístico, destacam-se dois períodos na história das estâncias brasileiras. O primeiro, em torno de 1920, quando já conhecidas as propriedades terapêuticas das fontes, colocava-se a necessidade de projetos que organizassem esses núcleos conferindo unidade ao conjunto de balneários, hotéis, espaços públicos e equipamentos de lazer construídos para o uso de um contingente cada vez mais intenso de curistas que se dirigiam para as estâncias, e o segundo, entre 1950 e 1970, quando, devido à proibição dos jogos de cassino (1946) e a decadência do hidrotermalismo como técnica terapêutica em função do desenvolvimento da farmacologia alopática, as estâncias enfrentam uma grave crise com a retração do turismo, comprometendo, pela ociosidade, toda a infra-estrutura construída nas décadas anteriores. Este período foi marcado pela realização de planos diretores para diversas estâncias no Estado, cuja principal função era a de “controlar o uso e a ocupação do solo, atentando não só para a população regular da cidade, mas também para a flutuante, responsável por grande parte da receita do município” (CEPEU, 1958, p. 2).

As primeiras iniciativas apresentando uma acepção moderna de plano urbanístico para as estâncias hidro-minerais, pensando a cidade em seu conjunto e apresentando-se como elemento determinante para o crescimento ordenado desta surgem a partir de 1920. Assim, temos o envolvimento de engenheiros e arquitetos de participação ativa no debate arquitetônico e urbanístico nacional em planos para diversas estâncias no país, entre eles: João Florence de Ulhôa Cintra, Dubugras e Saturnino de Brito (Águas da Prata, 1923); Jorge de Macedo Vieira (Águas de São Pedro, 1936 e Pontal do Sul, 1951); Hippolyto Gustave Pujol (Lambari, 1933 e Águas da Prata, 1942); Lincoln Continentino (Araxá, 1933) e Luís Saia (Águas de Lindóia, 1956).

Tão importante quanto ressaltar a participação de profissionais expoentes no campo urbanístico da época foi perceber o grande número de projetos apresentados para essas estâncias na primeira metade do século XX e a qualidade das propostas apresentadas, quase sempre apresentando referências diretas a correntes urbanísticas européias.

A concepção inglesa de Cidade-Jardim, formulada por Ebenezer Howard no final do século XIX, e suas derivações, como o subúrbio-jardim, difundido nas primeiras décadas do século XX, principalmente nos Estados Unidos, foram freqüentemente citadas nos memoriais descritivos de projetos urbanísticos para diversas estâncias brasileiras. A proposta de criação de um novo tipo de cidade, com características diferenciadas em relação às cidades tradicionais, preconizando uma integração entre cidade e campo, com

grandes áreas verdes permeando o tecido urbano e também o sistema viário com as avenidas-parque e os boulevares arborizados, parecia adaptar-se perfeitamente às características espaciais diferenciadas que se buscava implantar nas estâncias hidrominerais com a intenção de atrair turistas e curistas.

Em 1933, o arquiteto Nestor Figueiredo, referindo-se ao projeto urbanístico de sua autoria para a estância de Brejo das Freiras, na Paraíba, declara:

“A futura estação termal de Brejo das Freiras será uma verdadeira cidade bosque. No desenvolvimento do seu plano de urbanização, procuramos aproveitar o pitoresco da região para projetar uma cidade que estivesse plenamente de acordo com as condições mesológicas do sertão nordestino” (FIGUEIREDO, 1933).

Também o engenheiro Jorge de Macedo Vieira, autor dos projetos para as cidades de Maringá, Pontal do Sul e Cianorte, no Paraná, ao realizar o projeto urbanístico para a estância de Águas de São Pedro, no Estado de São Paulo, especifica no memorial descritivo:

“A cidade de Águas de São Pedro foi projetada com características de uma cidade de repouso, de baixa densidade, com abundância de espaços livres e foi dividida em duas únicas zonas: a comercial, muito pequena e a residencial. (...) Esta cidade projetada poderia ser equiparada às melhores cidades-jardins (...) pois a porcentagem de área verde reservada a coloca numa situação de real destaque entre as cidades do gênero” (VIEIRA, 1936)

Da mesma forma, Fausto Alvim, prefeito de Araxá, ao falar sobre o reinício das obras de urbanização da Estância do Barreiro, em 1933, declara:

“O estado liquidaria de vez com as questões de terras no Barreiro, corrigindo, no interesse da futura vila balneária, a configuração da área desapropriada. Seria levantada a planta da vila, nas encostas que circundam as fontes. (...) Os lotes seriam vendidos pelo estado (...). Adaptar-se-iam o tipo de ‘cidade-jardim’, só sendo permitidas construções afastadas do alinhamento das ruas em estilo peculiar às casas de campo” (ALVIM, 1933)

Esse processo de transferência, tradução e difusão é interpretado por RIBEIRO (1996) não apenas como uma metabolização de idéias, mas também como uma escolha daquelas que melhor poderiam ser utilizadas nas estratégias teórico-político-culturais de luta pela construção de um novo campo de saber e poder: o urbanismo. Estas estratégias foram influenciadas pelo espírito da época, isto é, pelo estado de debate sobre a sociedade brasileira organizado pelo campo intelectual, com suas concepções e diagnósticos. Não foi, portanto, um simples consumo de produtos teóricos-culturais:

“Cada elemento emprestado foi inicialmente mobilizado dentro da lógica dos atores singulares de cada país. Não se tratou, portanto, de trabalhar em termos de ‘influências, cópias ou imposição dos reformadores estrangeiros sobre seus homólogos brasileiros’. Cada elemento emprestado muda de sentido quando atravessa o Atlântico, uma vez que entra como argumento e se torna instrumento no debate e enfrentamento nacionais” (RIBEIRO, 1996, p. 18).

A partir de 1950, período em que se insere o plano diretor de Luís Saia para Águas de Lindóia, o campo dos estudos urbanísticos passa por transformações significativas, com a inserção de novos temas, novos métodos e a participação de profissionais de outras disciplinas que, até aquele momento, ainda não haviam se ocupado da questão urbana.

A migração campo-cidade, o crescente processo de urbanização e o crescimento desmesurado das grandes cidades levaram os urbanistas a pensar o plano não mais limitado pelas fronteiras da cidade, mas no âmbito da região onde ela está inserida. Os escritórios regionais da SAGMACS, fundados em São Paulo, no Recife e em Belo Horizonte, no âmbito da difusão do Movimento Economia e Humanismo pelo padre dominicano Louis Joseph Lebrez, introduziram novas expectativas políticas e sociais através da atuação de uma equipe multidisciplinar formada por arquitetos, engenheiros, sociólogos e economistas. As idéias americanas de urbanismo, embora já fizessem parte do discurso de alguns urbanistas brasileiros desde o início dos anos 30, ganharam maior força no final da década de 40. Difundidas principalmente por Anhaia Mello¹, passaram a repercutir tanto na organização do setor de urbanismo, pregando a institucionalização do processo de planejamento, como na difusão do modelo de zoneamento abrangente ao conjunto da cidade.

Em 1957, o então Governador Jânio Quadros condiciona o repasse de verbas especiais, cedidas às estâncias desde 1926, àquelas que realizassem e cumprissem planos diretores, obrigando tais cidades a estabelecer metas de cumprimento das etapas propostas e a emitirem, ao final de cada gestão, um relatório administrativo.

Em São Paulo, é criado o CEPEU, Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos, entidade vinculada à Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo, e dirigida em seus primeiros anos por Anhaia Mello. Entre 1957 e 1962 o CEPEU, através de convênios assinados com o governo, realizou planos diretores para diversas cidades do Estado, entre elas para as estâncias hidrominerais de Santa Rita do Passa Quatro, Águas da Prata, Socorro, Serra Negra, São José dos Campos, Campos do Jordão e Atibaia, e das estâncias litorâneas de Caraguatatuba, Ubatuba, São Sebastião, Ilhabela e Itanhaem.

Se, em um primeiro momento, a preocupação principal dos planos urbanísticos era a de “garantir a construção de uma cidade com características diferenciadas em relação às cidades de tipo comum, adequadas às atividades de cura e lazer” (VIEIRA, 1936), em que preconizava-se a preservação de extensas áreas verdes que deveriam permear todo o tecido urbano, com referências freqüentes ao modelo inglês de Cidade-Jardim, após 1950, já realizados os projetos básicos de urbanismo, a preocupação passou a ser com o desenvolvimento e ordenação adequada do crescimento das estâncias.

Águas de Lindóia, na década de 1950:

“vivia uma fase de expansão da iniciativa privada, que se antepunha e sobressaía, soberbamente, às realizações do poder público. Seu crescimento se dava de forma tumultuada e desordenada, dada a inexistência de um plano regulador que possibilitasse à estância, dentro de métodos técnicos científicos modernos, melhor atender ao seu sentido funcional. (...) O crescente progresso da localidade, no campo da iniciativa privada o aparecimento de considerável população fixa a ocasionar o surgimento de todos os problemas das cidades do tipo comum e que podiam, assim, comprometer a fisionomia peculiar que a localidade

devera possuir em razão da sua natureza de estação de cura e de repouso aureolada, de há muito, pela consagração pública. (...) A elaboração de um plano diretor que solucionasse os problemas sentidos pela população fixa, equacionando, ao mesmo tempo, aqueles reclamados com insistência pela população flutuante, fazia-se mister”²

Em 1956, para a realização do plano diretor da estância, a administração local contrata o engenheiro-arquiteto Luís Saia, formado na década de 40 pela Escola Politécnica de São Paulo, “nome de invulgar projeção em todo o país”³, que entre nas décadas de 1950 e 1960 realizara também planos diretores para as cidades de Goiânia, em Goiás, Lins e São José do Rio Preto, em São Paulo.

Antes disso, a única experiência de planejamento experimentada pela estância havia sido em 1942, um “plano de desenvolvimento”, realizado pela empresa de engenharia Lindenberg & Assumpção, que contava com propostas de urbanização, abastecimento de água, iluminação, serviços telefônicos e construção de equipamentos essenciais. Até então, a cidade contava apenas com a infra-estrutura de balneários, hotéis e vias construídas pela família Tozzi, e que se mostrava insuficiente frente ao grande afluxo turístico e curista que a cidade recebia.

O plano geral de urbanismo, realizado pela empresa constava basicamente de disposições sobre zoneamento, arruamento e loteamento. O projeto dividia a cidade em três zonas distintas: residencial, mista (residencial e comercial) e industrial. Na divisão das quadras em lotes foram reservadas grandes áreas para bosques, jardins, lagos e parques, em torno do qual estariam dispostos os edifícios balneários e o equipamento hoteleiro. A implantação dos edifícios relacionados ao tratamento termal e de hotéis em meio a parques extensos era uma prática comum nas estâncias européias francesas e alemãs, fazendo inclusive parte do receituário médico, como local para caminhadas, exercícios físicos ou simples contemplação da natureza, atividades auxiliares na cura termal.

O traçado adotado para o arruamento era sinuoso, acompanhando a topografia do terreno, pinturesco, com as vias desembocando quase sempre em parques e praças, e generosamente arborizado, assim como os projetos para a maior parte das estâncias planejadas no país que buscaram inspiração nos ideais ingleses de Cidade-Jardim. Além do projeto de arruamento e de construção de praças e edifícios principais do centro, a empresa realizou também o projeto de loteamento das glebas adjacentes à área central, garantindo assim, “uma característica típica de cidade de cura e repouso”.⁴ Os tamanhos dos lotes foram ajustados de forma a afastar a possibilidade de concentração de grandes edifícios, o que, segundo os engenheiros “resultaria em prejuízo das condições sanitárias, fundamentais a uma estação climática”⁵. Para a organização do plano de arruamento a “*área aproveitável*” foi dividida em três partes: núcleo central, onde se encontram as fontes, região de montante, fundamentalmente residencial e região de jusante, que reúne as áreas residenciais, comerciais e industriais.

Além disso, também foram executados estudos para a adoção do melhor método para o abastecimento de água da estância, para a iluminação pública, e o melhor local para a implantação de um novo edifício balneário, de novos prédios relativos à administração da estância e de novos logradouros públicos, entre eles, várias praças de proporções generosas ao longo da cidade.



Figura 1 – Plano do Escritório Lindenberg & Assumpção pra Águas de Lindóia, 1942.

As diretrizes adotadas por Saia, 14 anos depois, mantêm as características pitorescas imputadas à estância pelo Plano Lindenberg & Assumpção, apresentando diretrizes para um desenvolvimento “harmonioso e fecundo, sob critério político, econômico, cultural, técnico e higiênico”⁶. Segundo o relatório administrativo da cidade, apresentado ao governador Jânio Quadros em 1956, além de promover um crescimento ordenado e coerente, o plano diretor deveria atender, principalmente, para os problemas de base do município: balneário, vias de acesso, sistema de parques, jardins e saneamento, que deveriam ser projetados de acordo com os princípios mais modernos, como acontecia nas mais famosas estações termais européias. Para pesquisar as modernas técnicas de planejamento estrangeiras foi realizada “sem ônus para os cofres públicos, viagem de estudos ao exterior, tendo a oportunidade de conhecer, detalhadamente, o que já se realizara na Europa com referência à urbanização dos centros de cura e turismo, observando ainda, aspectos relacionados com o aparelhamento e funcionamento das estações termais”⁷

As linhas gerais do Plano Diretor de Saia para Águas de Lindóia foram calcadas em pesquisas de valores capazes de influir no desenvolvimento urbanístico, tais como: a sistemática das ocorrências de águas medicinais e os valores paisagísticos; a sistemática de desenvolvimento urbano, incluindo as pesquisas socio-demográficas regionais com repercussão na expansão da cidade e a definição do âmbito urbano.

Para assegurar o desenvolvimento harmônico da estância Saia estruturou o Plano Diretor em três partes: zoneamento, circulação e sistema de parques. A característica de estância turística, segundo ele, pedia atenção especial aos espaços públicos, que deveriam ser a principal característica do traçado da estância, com proporções generosas, permeando todo o tecido da cidade. Uma vez que a principal fonte de renda do município era o turismo, essa atividade deveria ser estimulada e os equipamentos hoteleiros e de lazer adequadamente dispostos ao longo de áreas de reconhecida beleza natural, implantadas e protegidas se-

gundo um zoneamento rígido e eficiente. Pelo grande fluxo de visitantes que a cidade receberia, atenção especial deveria ser direcionada também para a circulação, tanto interna, facilitando o acesso aos pontos turísticos e garantindo as dimensões adequadas para os mesmos, como externas, garantindo a ligação rápida e cômoda com as cidades vizinhas e com os grandes centros. Foram reservadas também grandes áreas de estacionamento, principalmente perto dos equipamentos de maior porte, como hotéis, parques e o edifício balneário.

A relação dos índices de aproveitamento e de ocupação estabelecidos por Saia para a cidade, especialmente para a zona central e para a zona destinada a hotéis, propiciavam a construção de edifícios consideravelmente altos, sobretudo se comparados aos índices permitidos em outras estâncias hidrominerais, e generosamente espaçados entre si. As grandes áreas de parque demarcadas e também a obrigatoriedade de se ajardinar, de acordo com um padrão estabelecido, área de solo não ocupada pela edificação acabou por conferir a estância uma conformação urbana sensivelmente diferenciada em relação a outras cidades brasileiras e mesmo em relação a outras estâncias, com uma abundância de espaços livres e verdes e generosas áreas de circulação, ao menos no núcleo central.

O zoneamento proposto por Saia dividia a cidade em cinco áreas principais: Centro Cívico; Zona Comercial; Área do Parque Balneário; Área preferencial para a instalação de hotéis; Área de interesse urbano e Área do Bairro Bela Vista.



Figura 2 – Croqui de Luís Saia para o plano de Águas de Lindóia

O Centro Cívico era formado por uma praça de grandes proporções, “sem similar no interior do estado, dando assim, à zona destinada a abrigar a população fixa, um aspecto verdadeiramente majestoso”. Este Centro Cívico, segundo Saia, constituiria um traço de união entre a cidade e a estância, abrigando a igreja, o mercado, a estação rodoviária, a prefeitura, repartições e o comércio.

A Zona Comercial, de dimensões restritas, poderia ter um índice de aproveitamento de até cinco vezes a área do lote e um índice de ocupação de até 1.1, desde que 50% da área do terreno fosse destinada à circulação, nessa zona na seria permitida a construção de edifícios com menos de três andares de altura.

Foram propostos também a execução de grandes parques que permeassem todo o tecido urbano da cidade. O maior destes parques, o Balneário, teve sua área reservada em 4 quilômetros de extensão, entremeados de bosques, jardins, lagos, cascatas e riachos, abrangendo vales e encostas, e “assegurando assim a Águas de Lindóia uma fisionomia típica de estância, matando assim, todos os receios de que no território urbano viesse a crescer uma cidade de tipo comum”⁸. Em meio ao parque e integrado ao paisagismo deste, foi implantado o balneário, edifício de 3 pavimentos com linhas modernas e de autoria de Arthur Bratke.

A área lindeira ao parque loteada, mas ainda não construída deveria receber arborização especial, estipulada pela prefeitura, de forma a estabelecer uma unidade com o parque contíguo. A ligação de pedestres da cidade para a região do parque, dos lagos e da jusante deveria ser feita através de uma via elevada. O recuo mínimo exigido para as construções nos lotes envoltos ao parque era de 10 metros.

A área destinada à implantação de hotéis localizava-se no entorno do parque balneário e tinha índice de ocupação permitido de 1.10, com a obrigatoriedade de se ajardinar toda a área que não fosse ocupada pelos hotéis. As áreas consideradas de interesse urbanístico poderiam ser utilizadas tanto para a construção de hotéis quanto de habitações para turistas. A zona indicada como preferencial para a ocupação pela população fixa, localizava-se adjacente à Avenida Marginal, e possuía um índice de ocupação de 1.3 e de aproveitamento do solo de 1.1.

Aparece aqui, no plano para Águas de Lindóia, pela primeira vez entre os projetos apresentados para as estâncias estudadas, uma zona considerada preferencial para a instalação de habitações operárias, o Bairro Bela Vista.

Em relação à rede viária foram propostas ruas de acesso principal, que estabeleceriam a ligação da cidade com a região, formadas por pistas duplas de 9 metros de largura cada e separadas por um canteiro central; ruas principais de tráfego, que distribuiriam a circulação pela área urbana e as vias preferenciais, com 12 metros de largura, traçadas de acordo com o ponto de vista do serviço público. Foram reservadas ainda, grandes áreas destinadas a estacionamentos, principalmente próximas ao balneário e à zona hoteleira, uma longa faixa ao longo da rodovia estadual para tratamento paisagístico e grandes áreas livres para a implantação de parques públicos, com o intuito de preservação da flora e da paisagem local. Ao longo de toda a rodovia estadual, principal via de ligação da estância com outras cidade foi reservada uma faixa de 50 metros para tratamento paisagístico, dessa forma, segundo Saia, o caráter diferenciado da cidade poderia ser percebido desde o momento em que se aproxima da entrada da cidade.

Além dessas disposições, o Plano Diretor contava ainda com proposições de áreas indispensáveis para a instalação de equipamentos; áreas a serem utilizadas na construção de um balneário popular no então distrito de Lindóia, que ainda pertencia à estância, e áreas de interesse turístico que poderiam ser melhor exploradas. Outro ponto importante colocado pelo Plano Diretor foi a execução de um sistema de parques e jardins que permearia toda a estância, fazendo a ligação com os principais pontos turísticos e atuando, ao mesmo tempo, como um elemento auxiliar na preservação das encostas e como estruturador do traçado urbano da cidade. Essa proposta foi recorrente em muitos outros planos urbanísticos para estâncias hidro-minerais paulistas, mas raramente foi implantada. Para o projeto deste parque, em Águas de Lindóia, foi

contratado o paisagista Burle Marx, responsável também pelo projeto paisagístico do parque da Estância do Barreiro, na estância mineira de Araxá, em 1946.



Figura 3 – esquema viário do plano diretor de Luís Saia para Águas de Lindóia, 1956.

Os altos índices de aproveitamento de solo, somados aos baixos índices de ocupação permitidos e generosos recuos exigidos por Luís Saia no plano diretor para Águas de Lindóia acabaram por conferir uma configuração urbana sensivelmente diferenciada à cidade, não apenas em relação a outras cidades brasileiras, mas também em relação a outras estâncias, que embora tenham um traçado de ruas semelhante, possuíam índices de verticalização com limite máximo, muitas vezes de dois pavimentos. Na proposta de Saia, mais importante do que conter o crescimento vertical da cidade, em muitas zonas as restrições adotadas por ele eram em relação a gabaritos mínimos, era garantir uma generosidade de espaços livres entre as edificações e fazer com que todo o tecido urbano fosse permeado com áreas verdes.

O perfil verticalizado da cidade, fruto do elevado gabarito dos edifícios, as grandes áreas de parques e praças, os grandes recuos entre as construções e as vias de circulação de dimensões generosas, somadas ao traçado urbano de características pitorescas proposto pela Empresa Lindenberg & Assumpção mais de uma década antes, acabaram por configurar um caráter original ao urbanismo da cidade, que ainda hoje, 50 anos depois, permanece na estância.



Figura 4 - Águas de Lindóia, vista geral.

Referências bibliográficas

ANHAIA MELLO, Luiz I. Romero de. **Urbanismo**. Boletim do Instituto de Engenharia. São Paulo, n. 42, nov., p.235-40, 1928.

_____. **Urbanismo e suas Normas para Organização de Planos**. Boletim do Instituto de Engenharia. São Paulo, n. 89, abr, p. 209-18, 1933.

BIRKHOLZ, Lauro Bastos. **Planos Diretores Municipais no Estado de São Paulo e sua Implantação. São Paulo**, FAU-USP/CEPEU, 1969.

CEPEU. **Plano Diretor de Águas da Prata (1958-59)**. São Paulo: Prefeitura de Obras Sanitárias/Prefeitura Municipal de Águas da Prata, 1970.

CREDÍDIO, Benjamin. **Águas de Lindóia e as Moléstias Alérgicas**. São Paulo: s/e, 1956.

ENTREVISTA COM FAUSTO ALVIM. In: **A Opinião**. Araxá: 07/01/1933.

FELDMAN, Sarah. A Americanização do Setor de Urbanismo da Administração Municipal de São Paulo. In: **Anais do IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Rio de Janeiro: UFRJ/ Pró-Urb, 1996.

_____. O Zoneamento Ocupa o Lugar do Plano: São Paulo 1947-1961. In: **Anais do 7º Encontro Nacional da ANPUR**. Recife, MDU/UFPE, v.1,p. 667-84, 1997.

FIGUEIREDO, Nestor. O Lançamento da Pedra Fundamental de Brejo das Freiras. In: **A União**, n. 200, p.07, 07 de set. 1933, ano XLI, 1933.

LEME, Maria Cristina (org). **Urbanismo no Brasil**. São Paulo: Nobel/FUPAM/FAU, 1999.

_____. A Formação do Urbanismo como Disciplina e Profissão: São Paulo na primeira metade do século XX. In: RIBEIRO, Luiz & PECHMAN, Robert (org) **Cidade, Povo e Nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

RELATÓRIO ADMINISTRATIVO DO PERÍODO DE 1942 A 1946. Águas de Lindóia: Prefeitura da Estância de Águas de Lindóia, 1946.

RELATÓRIO ADMINISTRATIVO DO PERÍODO DE 1956 A 1959. Águas de Lindóia: Prefeitura da Estância de Águas de Lindóia, 1959.

RIBEIRO, Luiz. Transferências, Empréstimos e Traduções na formação do Urbanismo no Brasil. In: RIBEIRO, Luiz & PECHMAN, Robert (org). **Cidade, Povo e Nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

TOZZI, Mirian. **A Cidade das Águas Azuis**. São Paulo: s/e, 1982.

VIEIRA, Jorge de Macedo Vieira. **Memorial descritivo do Projeto Urbanístico para a Estância de Águas de São Pedro**. São Pedro: s/e, 1936.

VILLAÇA, Flávio. Uma Contribuição para a História do Planejamento no Brasil. In: DEAK, Csaba e SHIFFER, Sueli, R. (orgs) **O Processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo, FUPAM/EDUSP, 1999.

Notas

¹ A defesa de princípios norte americanos de urbanismo, como a institucionalização do processo de planejamento e o zoneamento como instrumento privilegiado de planejamento e inseparável do plano, aparecem em artigos de Anhaia Mello publicados ainda em fins da década de 20.

² Relatório Administrativo de 1956 a 1959, apresentado pelo prefeito Geraldo Mantovani ao governador do estado Jânio Quadros, em 1959, p. 3.

³ Idem, p. 6.

⁴ **Relatório Administrativo do período de 1942 a 1946**, apresentado pelo Prefeito Sanitário Eduardo de Barros Martins ao Interventor Federal José Carlos de Macedo Soares, p. 4.

⁵ Idem, p. 8.

⁶ Idem, p. 5.

⁷ Idem, p. 6.

⁸ **Relatório Administrativo do Período de 1942 a 1946**, apresentado pelo Prefeito Sanitário Eduardo de Barros Martins ao Interventor Federal José Carlos de Macedo Soares, p. 8.